

*Por Neuza Árbocz,*

## Cidade de Mariana/MG, após 2 anos do desastre ecológico

Na era atual é impossível separar o dia a dia do uso intenso de metais. Ferro, aço e alumínio, por exemplo, estão em todos os meios de transporte, nas estruturas das casas e prédios, nos artefatos hospitalares, máquinas, ferramentas, computadores e utensílios domésticos. A demanda por minérios que servem ao nosso conforto, bem-estar e diversão é incessante.

A mineração, contudo, enfrenta grandes dilemas em seu modus operandi, que pedem uma revisão profunda de suas práticas.



As condicionantes exigidas – entre elas, a conservação de extensas áreas naturais que, do contrário, já teriam sucumbido à extração predatória, à expansão urbana ou ao agrobusiness – não se provaram suficientes face aos riscos representados por este setor. Um dos maiores é a deposição diária de toneladas de rejeitos do beneficiamento de minérios em barragens ou bacias artificiais.

A cidade de Mariana, em Minas Gerais que o diga. Tornou-se símbolo nacional da luta dos atingidos por desastres da mineração após o rompimento, em novembro de 2015, da barragem do Fundão da Samarco, em suas terras. Milhões de metros cúbicos de lama ferrosa avançaram ruidosamente sobre distritos e bairros e inundaram 650 km do Rio Doce até sua foz, no litoral do Espírito Santo.

O fato escancarou uma série de falhas tanto da operação – entre elas a falta de um sistema de sirenes para dar o alerta em caso de acidentes e de pontos intermediários de contenção – quanto dos governos locais que permitiram casas construídas junto ao leito do rio em áreas de preservação permanente, desmatamento das margens para sua ocupação com gado e o despejo diário de toneladas de esgoto sem tratamento ao longo do rio por municípios com milhares de habitantes. Para se ter uma ideia, até mesmo Governador Valadares, a maior cidade às margens do rio Doce, jogava em 2015 todo tipo de dejetos nas suas águas, inclusive o esgoto in natura de seus 277 mil habitantes.